

# Boletim Informativo

NPSC2



## TRF2 debate os 15 anos da Política Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos em evento que celebra o Dia do Conciliador e do Mediador Judicial

Para celebrar o Dia do Conciliador e do Mediador Judicial, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2) do Tribunal Regional Federal da 2ª Região vai realizar um evento especial no dia 23 de setembro, no auditório da sede, no Rio de Janeiro. Com o tema “15 Anos Promovendo Diálogo e Cidadania: O Legado da Resolução CNJ nº 125/2010 e o Futuro da Mediação”, o encontro vai além da comemoração e reunirá magistrados especialistas para um debate aprofundado sobre os avanços, desafios e os novos horizontes da mediação em nosso país.

O evento tem como objetivo valorizar o papel do conciliador e do mediador judicial na Justiça Federal, além de promover a atualização técnica e a troca de experiências. A abertura oficial acontecerá a partir das 9h.



Encontro abordará os novos horizontes da mediação em nosso país- (Arte:COPGRA/TRF2)

### Programação e palestrantes

Ao longo do dia, o público poderá acompanhar palestras que abordarão o papel transformador da mediação e da conciliação em áreas como saúde pública, conflitos fundiários, meio ambiente, subtração internacional de crianças, além da importância do uso da tecnologia. A inscrição poderá ser feita mediante preenchimento de formulário de inscrição. Se-

rão concedidas horas de estágio pela OAB/RJ para estudantes de Direito participantes. Também serão conferidas horas de Adicional de Qualificação por ação de treinamento (AQ) para servidores da Justiça Federal da 2ª Região presentes ao encontro.

### Política Nacional de Conciliação

A Resolução CNJ nº 125/2010, que completará 15 anos em novembro, estabeleceu diretrizes

essenciais para a criação da Política Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos. A norma marcou uma mudança de paradigma no Judiciário ao incentivar soluções construídas de forma colaborativa pelas próprias partes. Entre as principais medidas, estão a instituição dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos em todos os tribunais, responsáveis por coordenar a política de conciliação, e a criação dos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), unidades especializadas no atendimento direto ao cidadão, que realizam sessões tanto na fase pré-processual quanto no curso do processo judicial.



Acesse aqui o  
formulário de inscrição

## PROGRAMAÇÃO COMPLETA

### PERÍODO DA MANHÃ

**9h00 – 9h25:** Abertura oficial

**9h25 – 9h30:** Exibição de vídeo institucional

**Mediadora: Juíza federal Cristiane Conde Chmatalik**

**9h30 – 10h15:** Palestra – Desembargadora Federal Carmen Silvia

Tema: “*Conflitos em Saúde Pública: Como a conciliação pode melhorar o diálogo entre Estado e cidadão*”

**10h15 – 11h:** Palestra – Desembargador Federal Guilherme Calmon

Tema: “*Resoluções nº 125/2010 e nº 449/2022 e a Convenção da Haia de 1980: o papel da mediação nos casos de subtração internacional de crianças*”

**11h15 – 11h45:** Palestra – Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) Roberto Portugal Bacellar

Tema: “*Mediação e Conciliação: 15 anos construindo a cultura do diálogo no Brasil*” (Exibição online)

### PERÍODO DA TARDE

**Mediação: Juíza federal Karina de Oliveira e Silva Santiago**

**14h00 – 14h45:** Palestra – Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) Cesar Felipe Cury

Tema: “*Tecnologia e mediação: O futuro dos métodos consensuais de solução de conflitos*”

**14h45 – 15h30:** Palestra – Desembargador Federal Flávio Lucas

Tema: “*Conflitos Fundiários e Soluções Consensuais: O papel transformador da mediação judicial*”

**15h30 – 16h15:** Palestra – Juíza Federal Ana Carolina Vieira de Carvalho

Tema: “*Conflitos ambientais e métodos autocompositivos: Desafios e oportunidades*”

**16h15 – 16h20:** Exibição de vídeo institucional

**16h20 – 17h00:** Homenagens, agradecimentos finais e encerramento

# Comissão de Soluções Fundiárias extingue incidente relacionado a conflito em Campos dos Goytacazes após entrega de títulos de posse aos moradores

Membros da Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (CSF-TRF2) se reuniram na quarta-feira (13/8) para sessão de julgamento realizada em formato híbrido no Plenário da Corte e também online. Entre os destaques decididos pelo colegiado, presidido pelo desembargador Flávio Oliveira Lucas, está a extinção do incidente envolvendo empreendimento do programa Minha Casa Minha Vida em Campos dos Goytacazes (RJ) após constatação de que o conflito foi解决ado.

O incidente (nº 5008936-28.2023.4.02.0000/RJ) é referente a ação de reintegração de posse dos conjuntos habitacionais Novo Horizonte I, II e III. Em seu voto, o relator juiz federal José Eduardo Nobre Matta ressaltou que a atuação da Comissão no caso foi concluída de forma exitosa com mediação que envolveu a Caixa Econômica Federal (CEF) e o município de Campos, que promoveu a regularização fundiária no local e entregou, até o momento, 715 títulos de posse aos moradores, restando somente 41 pendentes por questões de cadastramento.

O subprocurador geral de Campos, Luiz Francisco Boechat Junior, destacou a imensa satisfação do município com a implementação da política pública de garantia de moradia e observou que a



A sessão foi presidida pelo desembargador federal Flávio Oliveira Lucas - (Foto: Fernando dos Santos)

Comissão atingiu completamente seu objetivo em relação ao caso. Por unanimidade, o colegiado decidiu extinguir o incidente e encaminhar os autos ao juízo da 1ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes, que conduz o processo. Seguiram o relator os juízes federais Andrea Daquer Barsotti e André Luiz Martins da Silva.



Membros da Comissão de Soluções Fundiárias participam da Sessão de Julgamento - (Foto: Fernando dos Santos)

Na mesma sessão, foi admitido o incidente (nº 5007938-89.2025.4.02.0000/ES), também de relatoria do juiz federal José Eduardo Nobre Matta, que trata de conflito envolvendo a posse do imóvel denominado "Córrego do Cabloco", na área rural do município de São Mateus (ES). Ao se manifestar favoravelmente ao incidente, o representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca), procurador federal Guido Arrien Duarte, mencionou a Portaria



Sessão realizada no Plenário do TRF2 no Rio de Janeiro - (Foto: Fernando dos Santos)

nº 495 do órgão reconhecendo o território como pertencente à Comunidade Remanescente de Quilombo de Linharinho. O caso também recebeu parecer favorável do Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador da República Júlio José Araújo Junior, que ressaltou o caráter coletivo e a forte vulnerabilidade da população que habita o local como elementos necessários para atrair a atuação da Comissão.

Ainda durante a sessão, foram julgados outros dois incidentes de relatoria do juiz federal Raffaele Felice Pirro. O primeiro (nº 5018949-86.2023.4.02.0000/RJ), referente a conflito envolvendo imóvel em Seropédica (RJ), foi decidido por unanimidade pela baixa em decorrência do atingimento momentâneo de sua finalidade, após o Incra revalidar a doação do bem ao município para fins de regularização fundiária.

Já em relação ao incidente (nº 5002066-93.2025.4.02.0000/ES), que diz respeito a conflito relacionado à comunidade ribeirinha “Caboclo Bernardo”, no muní-

cípio de Linhares (ES), foi indefrido com fundamento de que não há nos autos pedido que atente contra a posse ou ocupação dos bens públicos por parte dos ribeirinhos. O relator foi seguido pelos demais membros votantes, os juízes federais Caio Souto Araújo e Andrea Daquer Barsotti.

### **Comissão de Soluções Fundiárias realiza visitas técnicas em Petrópolis e Guaratiba para mediar conflitos**

A Comissão de Soluções Fundiárias (CSF) do Tribunal Regional Federal da 2ª Região realizou visitas técnicas a Petrópolis, na Região Metropolitana do Rio, e à Reserva Biológica de Guaratiba, na Zona Oeste da capital. As vistorias marcam a atuação do colegiado na mediação de dois complexos conflitos coletivos, um de natureza social e outro ambiental.

Em Petrópolis, a visita ocorreu na sexta-feira (29/8) no conjunto habitacional Vila Teresa, onde 24 famílias que residem em um imóvel do Instituto Nacional do Seguro

Social são alvo de ações de reintegração de posse. Participaram do encontro o presidente da CSF, desembargador federal Flávio Oliveira Lucas; o juiz federal Raffaele Felice Pirro, relator do incidente; e as juízas federais Andrea Daquer Barsotti e Monica Lucia do Nascimento Alcântara Botelho. O procedimento contou ainda com a presença de representantes do CDDH-Petrópolis, da Advocacia-Geral da União (AGU), do INSS e da Prefeitura de Petrópolis.

Já em Guaratiba, o foco da visita realizada na sexta-feira (8/8) foi um conflito relacionado a construções em área de manguezal, cuja demolição é pedida em uma ação civil pública. Neste caso, a mediação envolveu o diálogo entre a comissão e representantes do Ministério Público Federal (MPF), da Defensoria Pública da União (DPU), da União e do Município do Rio de Janeiro. Participaram da visita técnica os juízes federais integrantes da CSF José Eduardo Matta (relator do incidente), Andrea Daquer Barsotti e Raffaele Felice Pirro.



Membros do CSF se reúnem com moradores do Conjunto Habitacional Vila Teresa (Foto: Fernando dos Santos)



Visita em Guaratiba foi precedida de reunião com os representantes das instituições interessadas- (Foto: TRF2)

# Alunos do Curso de Formação de Mediadores Judiciais participam de simulação de audiência



Aula ministrada pela diretora da Divisão de Solução de Conflitos do TRF2, Danielle Carvalho- (Foto: Fernando dos Santos

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) recebeu na terça-feira (12/8) os alunos do Curso de Formação de Mediadores Judiciais para encontro presencial que teve como tema o funcionamento da Sessão de Mediação. A capacitação foi ministrada pela diretora da Divisão de Solução de Conflitos (Dicon) do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2), Danielle Carvalho, e aconteceu na sala da Escola de Mediação, localizada na sede do TRF2, no Rio de Janeiro.

Considerada de fundamental importância durante as audiências, a declaração de abertura foi um dos pontos debatidos com explicações a respeito do

papel desempenhado pelo mediador como facilitador da comunicação entre as partes. Durante esse momento inicial, ele tem a possibilidade de reforçar princípios, como o da imparcialidade e o da confidencialidade, e também pode utilizar técnicas, como a escuta ativa. “Na declaração de abertura, sinalizamos a ordem do procedimento e garantimos que todos terão sua vez de falar. Por meio da escuta ativa, conseguimos criar um ambiente empático e reduzir as tensões. É nosso dever guiar a conversa de forma que todos se sintam ouvidos e respeitados desde o início”, afirmou Danielle Carvalho.

Os cursistas também receberam instruções a respeito do princípio

da decisão informada. O mediador deve atuar para que as partes compreendam plenamente os termos do que está sendo acordado de modo a não gerar dúvidas ou inseguranças. Para isso, é necessário que ele deixe de lado conceitos pessoais e se concentre na busca pela construção de soluções para o conflito.

A parte prática contou com simulação de audiência, oportunidade para aplicação das ferramentas e técnicas discutidas em aula. Além dessas atividades, os cursistas também participam de audiências reais atuando como observadores, comediantes ou mediadores nos 22 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuds) disponíveis na Justiça Federal da 2ª Região.

# Última aula presencial do Curso de Formação de Mediadores Judiciais aborda política nacional de tratamento adequado de conflitos



A juíza federal Karina Santiago ministrou aula sobre a Política Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos- (Foto: Fernando dos Santos)

Alunos do Curso de Formação de Mediadores Judiciais participaram, na terça-feira (19/8), do último encontro presencial da capacitação, realizado na sala da Escola de Mediação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), no Rio de Janeiro. A exposição foi conduzida pela juíza federal Karina de Oliveira e Silva Santiago e abordou o tema “Estruturação e alcance da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos”. O encerramento do curso acontece no dia 26/8 com aula online sobre atuação dos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc).

A magistrada destacou que as iniciativas de incentivo aos métodos autocompositivos foram estruturadas a partir das diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), principalmente após a publicação da Resolução nº 125/2010. A partir desse marco, foram instituídos diversos órgãos nos tribunais de todo o país com atuação

direcionada à mediação. No âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, foi criado o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2), responsável por gerenciar e implementar a política nacional no TRF2.

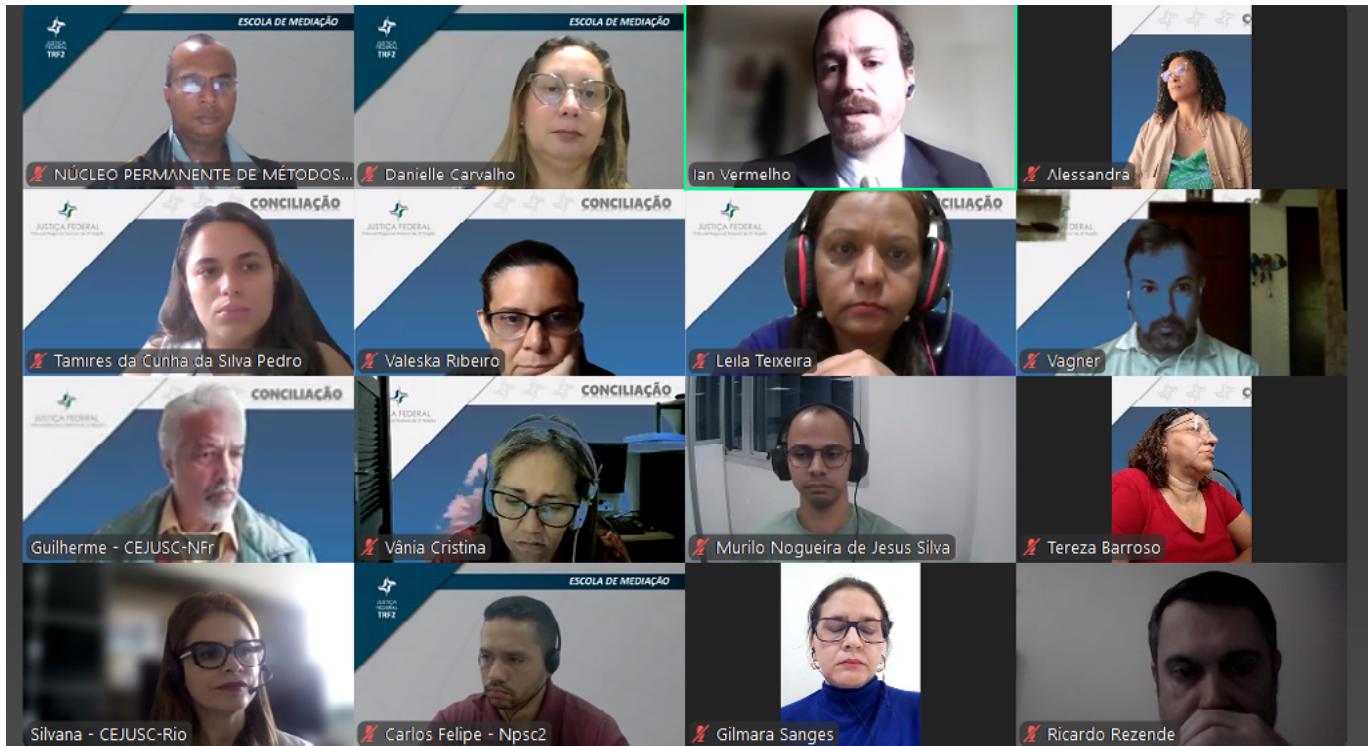
“O Núcleo de Conciliação é um órgão de inteligência. Fazemos o mapeamento das demandas para compreender o que está acontecendo e para onde o Judiciário está caminhando. Avaliamos e separamos por temas, buscando um trabalho estratégico. Nosso objetivo é encontrar soluções em nível nacional, atacando a raiz dos problemas de forma mais ampla”, ressaltou.

A juíza também explicou que o NPSC2 atua em interlocução com instituições para reduzir litígios judiciais e ampliar os temas levados à conciliação, com destaque para reuniões com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com a Caixa Econômica Federal (CEF). Em relação aos Cejusc, destacou

a possibilidade, por meio da Reclamação Pré-processual (RPP), de conciliação antes do ajuizamento da ação judicial. Além disso, essas unidades realizam audiências de mediação e executam as políticas definidas pelo NPSC2.

Karina Santiago também ressaltou a diversidade das iniciativas conciliatórias no TRF2, como os Cejusc especializados em causas complexas (Ambiental e Saúde), as comissões de Soluções Fundiárias e Tributárias e o projeto de Mediação Especializada em Subtração Internacional de Crianças, desenvolvido no Cejusc Rio de Janeiro, e reconhecido nacionalmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na 15ª edição do prêmio “Conciliar é Legal”. Na segunda parte da aula, os cursistas participaram de atividade em grupo, apresentando reflexões sobre artigos que discutiam a expansão das políticas de conciliação no Judiciário brasileiro.

# Curso de Formação de Mediadores Judiciais encerra parte teórica com aula sobre atuação dos Cejuscs



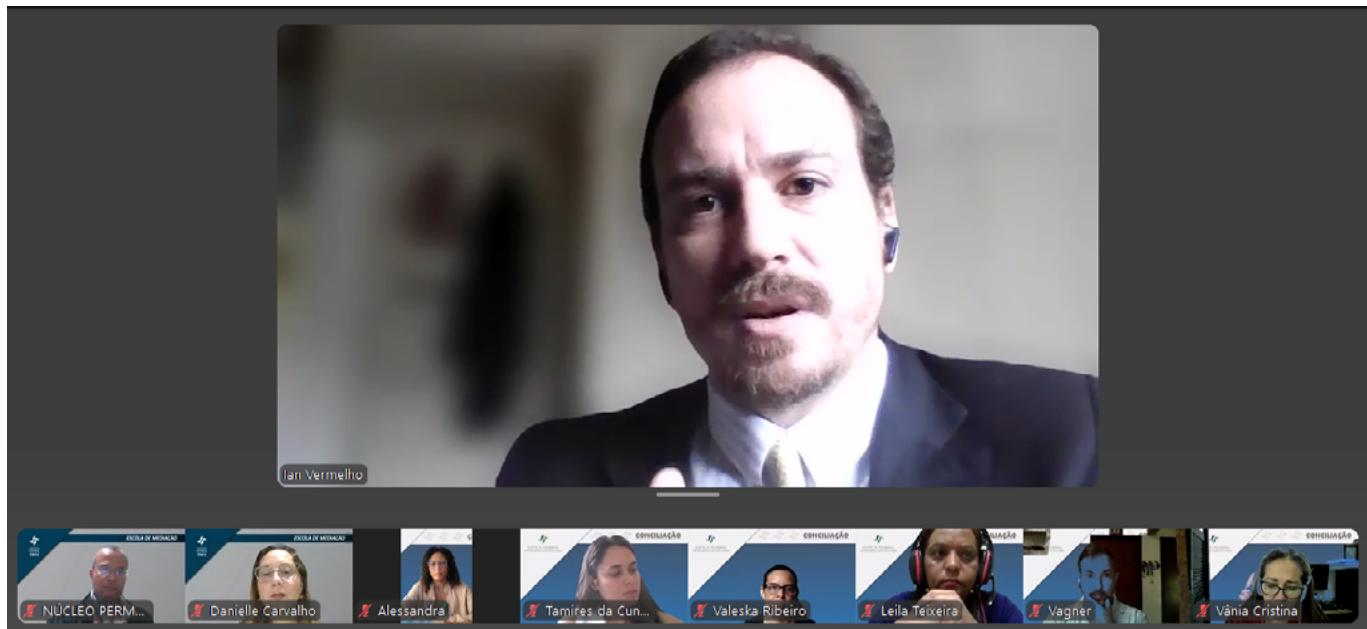
Última aula do Curso de Formação de Mediadores Judiciais reuniu os cursistas no ambiente online- (Foto: Fernando dos Santos)

A Escola de Mediação da 2ª Região realizou, na terça-feira (26/8), a última aula do Curso de Formação de Mediadores Judiciais com encontro online que abordou o funcionamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc). A exposição foi conduzida pelo juiz federal Ian Legay Vermelho, coordenador do Cejusc-Rio; pela servidora Silvana Godoi Câmara, também coordenadora do Cejusc-Rio; e por Danielle Carvalho, diretora da Divisão de Solução de Conflitos (Dicon) do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Em sua fala, o juiz federal Ian Legay Vermelho destacou as diferenças entre a atuação tra-

dicional da magistratura, marcada pela inércia processual, com a de coordenador do Cejusc, em que precisa agir proativamente em busca de aproximação com diversos entes, como a Caixa Econômica Federal (CEF), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Advocacia-Geral da União (AGU), para promoção da cultura da conciliação. Ele também ressaltou o avanço das políticas conciliatórias nos últimos anos, com o aperfeiçoamento da legislação processual e a melhoria da estrutura dos tribunais. “Considero a posição da conciliação na solução de demandas um caminho sem volta. Não é apenas para desafogar o Judiciário, mas para pensar em uma cultura que permite que as pessoas contribuam para a solução de seus próprios conflitos. Tenho convicção de que, sem dúvida, esse é o melhor caminho”, observou.

Em seguida, a servidora Silvana Godoi Câmara, coordenadora do Cejusc-Rio, falou sobre o funcionamento do órgão, criado em 2011, ressaltando alguns marcos, como a atuação durante a pandemia da Covid-19 e a rápida transição para o ambiente virtual permitindo a continuidade do atendimento aos cidadãos por meio da realização de mutirões totalmente online. Durante a exposição, abordou dados, como o atendimento a mais de 6.000 pessoas e a realização de 2.368 audiências em 2024, resultan-



Exposição do coordenador do Cejusc-Rio, juiz federal Ian Legay Vermelho - (Foto: Fernando dos Santos)

do em mais de R\$ 42 milhões em valores negociados. Silvana também destacou o projeto de formação de mediadores comunitários, reforçando o papel do Cejusc na promoção da cidadania. “Para mim, a cidadania é a conciliação em movimento, praticando a cultura de paz. É ouvir, planejar, executar e ajustar no cotidiano. Cidadania e conciliação são indissociáveis, caminham juntas”, enfatizou.

Já a diretora da Dicon, Danielle Carvalho, convidou os alunos para o evento em homenagem ao Dia do Conciliador e do Mediador Judicial, que será realizado em 23 de setembro, na sede do TRF2, no Rio de Janeiro. O encontro foi pensado para valorizar o papel essencial desempenhado por esses profissionais na Justiça Federal, além de oferecer atualização técnica e promover a troca de experiências por meio de palestras conduzidas por magis-

trados com larga experiência na aplicação da mediação em diferentes áreas, como saúde, meio ambiente e conflitos fundiários. Na sequência, esclareceu dúvidas dos cursistas sobre aspectos práticos das audiências de conciliação, como a declaração de abertura, a relevância da conexão inicial com as partes (rapport) e o preenchimento correto do termo de audiência, documento fundamental para garantir a efetividade dos acordos. Danielle Carvalho também destacou a relevância da prática como etapa indispensável da formação. “A experiência em audiências foi determinante para meu crescimento como mediadora. Por isso, a dedicação de vocês nessa fase será essencial para lidar com os desafios e consolidar todo o conhecimento adquirido”, concluiu.

Ao final da aula foi sorteado um livro que trata de técnicas

e vivências aprendidas durante sessões de conciliação. São histórias de escuta e transformação que reforçam a importância do diálogo na resolução de conflitos.

O Curso de Formação de Mediadores Judiciais é uma iniciativa da Escola de Mediação da 2ª Região, vinculada ao NPSC2, que capacita profissionais para empregar com eficiência métodos autocompositivos em sessões de conciliação e mediação. A etapa teórica foi concluída com 61 horas em formato híbrido (aulas online e presenciais). Os alunos seguem com a continuação da parte prática e devem somar 60 horas de estágio supervisionado por meio da participação em audiências reais nos Centros Judicícios de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejudcs).

## NPSC2 promove visita institucional aos Cejuscs de Barra do Piraí e de Volta Redonda

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2) realizou, entre os dias 28 e 29/8, duas visitas institucionais aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) de Barra do Piraí e de Volta Redonda. Os encontros foram conduzidos pela juíza federal convocada em auxílio ao NPSC2, Karina de Oliveira e Silva Santiago, e pela diretora da Divisão de Solução de Conflitos do TRF2, Danielle Carvalho.

Em Barra do Piraí, a equipe do NPSC2 se reuniu na quinta-feira (28/8), com os servidores da Vara Federal Única, Vagner Silva das Chagas (supervisor do Cejusc), Maria Eduarda Souza Nobrega Regard (Gabinete), Luciana Ferraz Freire (Secretaria) e Marcio Correa Damaso (Juizado Especial Federal). Em Volta Redonda, as representantes do Núcleo foram recebidas na sexta-feira (29/8) pela juíza federal Karina Dusse, coordenadora adjunta do Cejusc Volta Redonda e juíza substituta da 1ª Vara Federal; e pela supervisora do Cejusc Volta Redonda, Márcia Carraro Rezende de Andrade. A agenda incluiu ainda reunião na 3ª Vara com a juíza federal substituta Fernanda Piccinin Leite.

Entre os assuntos tratados durante as visitas, estão a verificação da realidade de cada unidade, identificação e solução de questões com objetivo

de melhorar a execução dos serviços e reforço ao compromisso com a expansão da cultura de conciliação na Justiça Federal. Além disso, foram debatidas pautas específicas como a Meta 3 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a remessa de processos das Varas para os Cejuscs e a mobilização para o evento do Dia Nacional do Conciliador e do Mediador Judicial, que acontecerá no dia 23 de setembro na sede do TRF2, no Rio de Janeiro.



Luciana Freire, Maria Regard, Danielle Carvalho, Karina Santiago, Vagner Chagas e Marcio Damaso durante visita a Barra do Piraí- (Foto: Cejusc-Barra do Piraí)



Márcia Carraro, Fernanda Piccinin Leite, Karina Santiago, Danielle Carvalho e Karina Dusse em Volta Redonda- (Foto: Cejusc-VR)

## TRF2 encerra “Semana da Pauta Verde” do CNJ com acordos importantes e solenidade na sede



Cerimônia de encerramento da “Semana da Pauta Verde” no Plenário do TRF2- (Foto: André Camodego)

A “Semana da Pauta Verde”, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi concluída na sexta-feira (22/8) com solenidade no Plenário da sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). Durante a mobilização, que aconteceu entre os dias 18 e 22/8, o Centro Judiciário Ambiental (Cejusc Ambiental) recebeu 26 processos para tramitação prioritária com objetivo de buscar soluções negociadas para casos de grande impacto.

Um dos principais destaques da semana foi a homologação de acordo envolvendo o Ministério Público Federal (MPF), a Ampla Energia e Serviços, o estado do Rio de Janeiro e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA),

que vai viabilizar a reforma da rede de distribuição de energia elétrica do “Arco Praial” da Ilha Grande, em Angra dos Reis, que abrange 14 praias, com o compromisso da concessionária de adotar as melhores práticas para reduzir o impacto paisagístico das obras.

Outros seis processos de grande relevância foram incluídos na pauta de audiências da unidade durante a Semana, entre eles: abandono de embarcações na Baía de Guanabara; riscos à população decorrentes do funcionamento de gasoduto na Ilha do Governador; adequações em torno de bem tombado em Itaboraí; construção de centro de triagem de animais, em Seropédica; proteção de tartarugas marinhas, em São João da Barra; e conclusão das obras de reparação de danos ambientais com realocação de famílias em área de risco no Alcobacinha, em Petrópolis.

Para a coordenadora do Cejusc Ambiental, juíza federal Ana Carolina Vieira de Carvalho, a iniciativa do CNJ reforçou a importância crescente da conciliação. “A Semana da Pauta Verde representa um marco na aplicação de métodos consensuais na resolução de conflitos ambientais estruturais. Os avanços já conquistados demonstram a eficácia de um modelo que privilegia o diálogo técnico e a construção de soluções viáveis”, salientou a magistrada.



Mônica Campos de Ré, Wanderley Sanan Dantas, Daniela Pereira Madeira, Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, Ana Carolina Vieira de Carvalho, Paula Feteira Soares e Rafael Lima Daudt D’Oliveira- (Foto: André Camodego)

Em 2025, o Cejusc-Ambiental, órgão vinculado ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2), já realizou 41 audiências de conciliação e outras 16 estão agendadas para acontecer nos próximos meses. O método de trabalho é baseado no diálogo estruturado, que inclui a realização de audiências colaborativas com todos os atores relevantes do processo, definição de cronogramas consensuais para cumprimento das obrigações, monitoramento periódico dos compromissos e flexibilidade para ajustes necessários.

A cerimônia de encerramento reuniu magistrados, procuradores, defensores públicos, advogados e servidores no Plenário do TRF2. Compuseram a mesa diretora o presidente do Tribunal, desembargador federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho, anfitrião do evento, a coordenadora da Política

Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente do CNJ, conselheira Daniela Pereira Madeira; a juíza de Direito Paula Feteira Soares, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ); a procuradora-regional da República na 2ª Região, Mônica Campos de Ré, representando a Procuradoria Regional da República na 2ª Região (PRR2); o procurador Rafael Lima Daudt D’Oliveira, representando a Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro; o desembargador federal do TRF2 Wanderley Sanan Dantas; e a coordenadora do Cejusc-Ambiental, juíza federal Ana Carolina Vieira de Carvalho.



Semana da Pauta Verde teve objetivo de priorizar a tramitação de processos estruturais ambientais- (Arte: CNJ)

A “Semana da Pauta Verde” foi desenvolvida pelo CNJ para priorizar os processos ambientais no Judiciário, enfrentando os desafios da agenda ambiental a partir da cultura da autocomposição e buscando acelerar a tramitação de ações estruturais ligadas à Meta Nacional nº 6 do CNJ.

# Fórum Previdenciário da 2ª Região debate processos envolvendo descontos associativos indevidos, avanço da automação e novas regras para concessão de benefícios do INSS

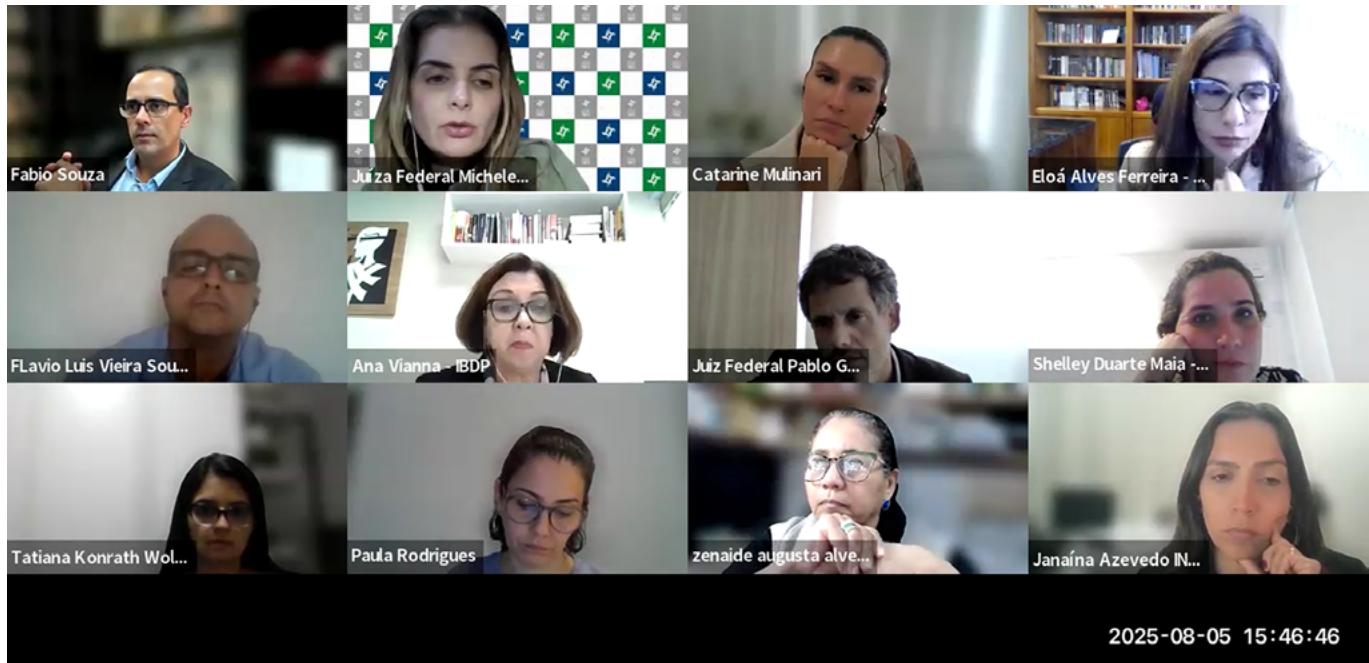


A reunião foi coordenada pelo juiz federal Fábio Souza - (Foto: Fernando dos Santos)

O Fórum Interinstitucional Previdenciário da 2ª Região se reuniu para mais uma etapa de debates sobre diversas questões que causam impacto na vida de segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e, consequentemente, na eficiência da prestação jurisdicional. O encontro contou com representantes do Poder Judiciário, da Advocacia-Geral da União (AGU), do INSS, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) para discussão de temas como processos envolvendo descontos associativos indevidos, automação de cálculos judiciais, novas regras para avaliação de benefícios assistenciais, entre outros pontos. A reunião virtual realizada na terça-feira (5/8) foi coordenada pelo juiz federal Fábio Souza.

Assunto de destaque na pauta, a gestão das ações judiciais relacionadas aos descontos associativos indevidos em benefícios previdenciários, foi debatida pelos membros. Ao todo, de acordo com dados do INSS, mais de 1,3 milhão de beneficiários já formalizaram pedidos de resarcimento junto à autarquia, que tem direcionado esforços para a restituição dos valores de forma administrativa. Outro tema de relevância foi a apresentação do andamento de projeto da Procuradoria-Geral Federal da AGU relacionado à automação de cálculos judiciais, com anúncio de que deve, em breve, instituir grupo de trabalho para este fim.

A pauta contou ainda discussão sobre novas regras de avaliação da deficiência para o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-LOAS) estabelecidas pela Resolução nº 595/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que implementa a avaliação biopsicossocial com a participação de assistentes sociais na fase pericial. As dificuldades enfrentadas pelos segurados para prorrogar auxílios relacionados ao Atestemed (concessão de benefício por incapacidade com base em atestado, sem perícia inicial) e à "Perícia Resolutiva" (que cessa o benefício sem possibilidade de prorrogação) foram analisados pelo colegiado, pois geram, como consequência, um grande volume de processos judiciais.



Colegiado é responsável por fomentar debates, elaborar estudos e propostas sobre questões previdenciárias- (Foto: Fernando dos Santos)

A reunião abordou também a criação de uma comissão temática temporária para aprimorar a implantação automática de benefícios pelo sistema PREV, buscando resolver inconsistências na aplicação. Para esclarecimento dos presentes, o INSS apresentou o funcionamento detalhado das rotinas automatizadas criadas para a análise das contribuições do segurado facultativo de baixa renda.

Também participaram do encontro os juízes federais Eloá Alves Ferreira, Gabriela Rocha de Lacerda Abreu, Michele Menezes da Cunha, Odilon Romano Neto e Pablo Coelho Charles Gomes;

a procuradora federal Tatiana Konrath Wolff; a defensora pública Federal Shelley Duarte Maia; os representantes do INSS Flávio Luís Vieira Souza, Janaína Leite Azevedo e Paula Santos Rodrigues; os representantes da OAB Catarine Mulinari Nico e Suzani Andrade Ferraro; a representante do IBDP Zenaide Augusta Alves, além do servidor Thiago Cavalcanti Machado da Cruz.

### Fórum Interinstitucional Previdenciário da 2ª Região

Com redação dada pela Resolução TRF2-RSP-2021/00072, de 28 de outubro de 2021, o colegiado é responsável por fomentar debates, elaborar estudos e propostas sobre questões previdenciárias nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, além de acompanhar suas proposições. Também busca facilitar o fluxo permanente de informações entre as entidades com objetivo de monitorar as principais demandas previdenciárias e promover soluções com foco na desjudicialização e na gestão racional de conflitos. Os membros do fórum se reúnem a cada dois meses.

## QUEM SOMOS

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2) é responsável, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), pelo planejamento e estruturação da política de solução de conflitos nas demandas entre cidadãos e entes públicos. O órgão tem a função primordial de promover a cultura da paz social, oferecendo e incentivando o uso de meios consensuais para a solução de disputas. Em con-

sonância com os parâmetros da Resolução CNJ nº 125/2010, o NPSC2 atua por meio de seus órgãos de execução, que são os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) e o Centro de Conciliação 100% Digital (C100%). O Núcleo é coordenado pelo desembargador federal Luiz Antônio Soares e auxiliado pelas juízas federais Cristiane Conde Chmatalik e Karina de Oliveira e Silva Santiago.



## EXPEDIENTE

### Produção do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2)

*Desembargador Federal Diretor-Geral*

**Luiz Antonio Soares**

*Desembargador Federal Vice-Diretor-Geral*

**André Fontes**

*Juíza Federal Convocada em Auxílio*

**Cristiane Conde Chmatalik**

*Juíza Federal Convocada em Auxílio*

**Karina de Oliveira e Silva Santiago**

*Diretora de Solução de Conflitos*

**Danielle Cruz Freire de Carvalho**

Alessandra Amorim Soares

Alina Damacena de Amorim

Aline Silva Cunha

Andrea Cesário Albuquerque

Carlos Felipe Borges da Silva

Fernando dos Santos

Jorge Henrique Alves Barros

Lucas de Sequeira Batista Levenhagen

Raphaela Lisboa Soares de Bastos

Raphael de Araújo Rossi

Voner Miranda Martins

Christian dos Santos Tucci - estagiário

Gabriella Motta Gonzales Seba - estagiária

Jéssica Melgaço Santana - estagiária

Larissa Gomes Teixeira - estagiária



**JUSTIÇA FEDERAL**  
Tribunal Regional Federal da 2<sup>a</sup> Região